



**meb**

Movimento de  
Educação de Base

**MEB**

**60 anos**

**Desafios da  
atualidade e  
Perspectivas**



# SUMÁRIO



Introdução	4
Ver	8
Julgar	31
Agir	40
Organização do MEB	46
Projetos/2021	58
Conclusão	66

# Introdução



Em 21 de março de 2021, o Movimento de Educação de Base, conhecido pela sigla MEB, completou 60 anos de compromisso em favor da educação popular, da promoção e defesa dos direitos das pessoas em situação de vulnerabilidade e da alfabetização das pessoas jovens, adultas e idosas em condição de analfabetismo.

No período de 60 anos, as mudanças que ainda ocorrem na sociedade e no equilíbrio dos sistemas de vida no planeta Terra levam a afirmar que a humanidade chegou, como em outras passagens históricas, a uma mudança de época: tudo muda em todos os lugares.

São mudanças estruturais que afetam os critérios para compreender e julgar a mesma realidade, arrastando o próprio processo de humanização na incerteza de uma pluralidade de visões e culturas que dificultam a compreensão da vida e do mundo.

Nessa mistura caótica e conflitiva, as tradições culturais já não são transmitidas de uma geração à outra com a mesma fluidez que no passado e geram crises de sentido na vida individual e coletiva e na própria história que esta geração está escrevendo. A educação é, portanto, desafiada em todos os âmbitos: formal e informal, científico e de senso comum, religioso e social.

O MEB também, nesses 60 anos, foi sofrendo e enfrentando mudanças que o obrigaram a se avaliar constantemente e a se colocar em novos contextos. Problemas específicos e igualmente graves influenciaram as mudanças antes e depois da virada do milênio, como, por exemplo, o êxodo rural e a urbanização descontrolada, a exclusão social e as ameaças à vida no planeta, a ditadura das

O Estatuto do MEB, enquanto organismo vinculado à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, traça as finalidades e as linhas básicas de atuação: “A promoção integral, humana e cristã, de jovens e adultos, mediante o desenvolvimento de programas e projetos educacionais e culturais, tendo como foco principal a educação popular, baseados em núcleos de educação de base, localizados preferencialmente nas dioceses e regionais da CNBB” (Estatuto Art.2).

elites financeiras que cooptaram a política, por sua vez incapaz de governar os fenômenos nacionais e globais, o aprofundamento da desigualdade que separa ricos e pobres, a pluralidade religiosa e cultural, a manipulação das consciências que reduz os espaços de liberdade pelo uso das novas tecnologias da comunicação.

Diante desse quadro nacional e global, o MEB faz novamente as opções pela democracia, pelas pessoas em situação de vulnerabilidade e de analfabetismo, por uma transformação social justa e solidária e por uma educação humana integral confrontada ao testemunho de Jesus Cristo e do seu Evangelho.

A promoção integral, humana e cristã, ao fundamentar a opção preferencial pelos pobres, convoca o MEB a “sair em direção aos outros para chegar às periferias humanas, olhar os pobres nos olhos e escutar para acompanhar quem ficou caído à beira do caminho” (Papa Francisco).

Vários espaços ocupados pelas Comunidades Eclesiais de Base nas décadas passadas, são agora campos pluriculturais, anônimos, que só podem se recompor formando aldeias educativas abertas,

através da convivência e da cooperação, para superar tanta insensibilidade ao sofrimento dos mais pobres, tanta ameaça à vida e tanto desrespeito ao bem comum.

O educador “mebiano” sabe que “Ninguém liberta ninguém, ninguém se liberta sozinho: os homens se libertam em comunhão.” (Paulo Freire). O caminho libertador da educação é testemunho de amor e luta pela vida. O compromisso pela vida atinge não apenas a abrangência dos problemas sociais e ecológicos, mas a defesa e a promoção da vida na sua diversidade e em todas as situações cotidianas, tocando também a sensibilidade de todas as consciências preocupadas com um mundo mais humano.

A opção pelos pobres leva as marcas do serviço e da ação política, conforme cinzelada nas palavras de Dom Helder Câmara e do *Abbé Pierre*, “Servir e fazer que sejam servidos, sempre e em todo lugar, os mais pobres” (Apelo aos humanos 1996). “Servir – nas palavras de papa Francisco – significa trabalhar ao lado dos mais necessitados, estabelecer com eles, antes de tudo, relações humanas, de proximidade, vínculos de solidariedade”. “Fazer que sejam servidos” – por sua vez - significa agir politicamente, lutar sempre pelas causas dos empobrecidos para uma organização do Estado democrático, solidário e libertador, de cidadãos amparados pela proteção legal dos direitos. Um agir político que credencie “a comunidade cristã como sujeito crebível e parceiro fiável em percursos de diálogo social, cura, reconciliação, inclusão e participação, reconstrução da democracia, promoção da fraternidade e amizade social”. (Para uma Igreja sinodal: comunhão, participação e missão Documento preparatório, 2021, n. 2).

A pandemia do Covid 19, este momento inesquecível da nossa vida, com a imagem de uma imensa planície disseminada de túmulos e cruzes, está aí a gritar uma pergunta posta por quem sofreu a tragédia da Segunda Guerra Mundial: “Se os profetas se levantassem -- Na noite dos homens

-- Como amantes em busca do coração do amado, -- Noite dos homens, -- Terias um coração para doar?" (Nelly Sachs)

Sentindo-se desafiado por mudanças tão profundas, o MEB se propõe a realizar um replanejamento seguindo o método já tradicional para este Movimento: VER – JULGAR – AGIR.

O desafio do VER, para o MEB, em tempos turbulentos, é um exercício e não um juízo apenas. Temos uma presença em muitas regiões do país, envolvidos com o povo, pois somos parte deste povo, caminhamos com ele e vivenciamos as suas experiências. Da mesma forma, o discernimento que deve ser promovido pelo JULGAR é também um momento de encontro entre o passado do MEB, seu presente e suas perspectivas de futuro. O olhar sobre o passado e o horizonte de futuro nos reposiciona no presente. Nos situa como um ator diante da realidade percebida no momento do VER. Para esse posicionamento, que instrumentaliza o AGIR, faz-se necessário algumas referências, alguns pontos de observação que devem nos ajudar a promover o discernimento necessário para compreensão do nosso papel e da nossa estratégia.

O objetivo deste texto é tentar interpretar os desafios e as experiências dos “mebianos” pois lembramos que, muitas vezes, “não há caminho, o caminho se faz ao caminhar” (Antonio Machado). Permanecendo abertos a outras contribuições, queremos oferecer aos leitores a possibilidade de conhecer o MEB assim como está se estruturando hoje, no novo contexto de vida e de desafios enfrentados por todos, mas especialmente pelas pessoas mais vulneráveis com quem o MEB pretende conviver desenvolvendo ações de educação popular.



Na parte do VER são examinados alguns dos temas estruturais que causam maior impacto sobre os grupos sociais empobrecidos e têm maior probabilidade de afetar os passos da caminhada. Da mesma forma, a tentativa parte de questões mais gerais, sem prejuízo de temas mais específicos vinculados ao próprio MEB e à sua história de profunda inserção na vida do povo, numa pedagogia da escuta de todos os sinais da realidade como oportunidade de aprendizagem e transformação.

Há mudanças na ciência e na tecnologia que impactaram a vida, o trabalho, a cultura, a economia, a política, as ciências, a educação, o esporte, as artes e, naturalmente, a religião. Uma realidade que se tornou cada vez mais sem brilho e complexa. Nesta fragmentação e limitação, as pessoas costumam se sentir frustradas, ansiosas, impotentes ou prepotentes, em conflito e confronto. A realidade social parece muito grande para uma consciência que, levando em consideração sua falta de saber e de informação, facilmente se crê insignificante, sem ingerência alguma nos acontecimentos, mesmo quando soma sua voz a outras vozes que procuram se ajudar reciprocamente e luta para modificá-los.

Vive-se uma crise do sentido. A mera diversidade de pontos de vista e de pontos cegos, de opções e, finalmente, de informações e formações, não resolveu a ausência de um significado único para tudo o que existe. Dissolveu-se a concepção integral do ser humano, sua relação com o mundo e com o sagrado, o individualismo enfraqueceu os vínculos comunitários e propôs uma radical transformação do tempo e do espaço, estamos explorados e submetidos a diversas formas de opressão. Ficamos longe de alcançar os projetos e processos de transformação da realidade, mesmo que a luta não tenha diminuído.



Os fenômenos políticos, sociais, econômicos, culturais e tecnológicos estão na base da profunda vivência do tempo, ao que se concebe fixado no próprio presente, trazendo concepções de inconsistência e instabilidade. Deixa-se de lado a preocupação pelo bem comum para dar lugar à realização imediata dos desejos individuais, numa região em que coexistem diversas relações, realidades e culturas: indígenas, afroamericanas, mestiças, camponesas, regionais, urbanas e suburbanas, pobres, trabalhadores (empregados, desempregados, subempregados, autônomos e desalentados), quase sempre próximos e distantes em seus objetivos (*Documento de Aparecida*, n.n. 33-100). Perdemos muito da ideia de nação única, de uma região única, de uma humanidade única e de um planeta na forma de uma Casa Comum.

Tanto no continente, como no Brasil, construímos algum progresso democrático que se demonstra em diversos processos eleitorais. No entanto, há o avanço de diversas formas de regressão autoritária em contextos democráticos. Não basta uma democracia puramente formal, fundada em procedimentos eleitorais honestos, mas somos desafiados a construir uma democracia participativa e baseada na promoção e respeito aos direitos humanos. A presença da sociedade civil, assumindo uma atitude mais protagonista e a irrupção de novos atores sociais, necessita de maiores espaços de participação política.

Os movimentos sociais populares, constituídos de forma heterogênea por diversos grupos, com suas formas de organização bastante flexíveis e ágeis e uma mobilização criativa, são responsáveis em muitos casos pelas formas de construir outras possibilidades e cenários ao quadro que se perpetuou como forma de dominação. Movimentos de trabalhadores rurais e urbanos, grupos de jovens de periferia, os movimentos estudantis, as mulheres do campo, os grupos vinculados à cultura negra e à luta antirracismo, as organizações não-governamentais, os povos originários, as

populações quilombolas, os povos da Amazônia, os ribeirinhos, a força da periferia, os diversos grupos LGBTQIA+ e muitos outros se consolidaram em espaços de presença e de luta. Estes grupos, da mesma forma, são sujeitos e tendem a aumentar a consciência do poder que têm em suas mãos, ao gerar mudanças importantes para a conquista e o controle de políticas públicas mais justas, que revertam sua situação de desigualdade e exclusão.

O recrudescimento da corrupção na sociedade e no Estado, tanto no público como nos espaços privados, em boa parte do continente envolve os poderes legislativos e executivos em todos os seus níveis, e alcança também o sistema judicial. Numa das maiores biodiversidades do planeta e uma rica sociodiversidade representada por seus povos, grupos e culturas, a natureza continua sendo agredida, a terra depredada e as águas, essenciais para a vida, tratadas como se fossem mercadorias negociáveis. É nesse chão que demarcamos grandes características desta realidade: as desigualdades e as exclusões!

### Desigualdades e exclusões

O Movimento de Educação de Base atua hoje em contextos totalmente diferentes dos da época da sua fundação. Quando o MEB iniciou sua trajetória, há 60 anos, os excluídos e os analfabetos – um grupo mais excluído dentre os excluídos – estavam nas áreas rurais. Hoje

continuam também espalhados pelo campo, mas em maioria estão nas periferias das cidades brasileiras e, em muitos casos, circulam nas ruas invisibilizados pela cegueira dos incluídos. Eles representam o contraponto aos privilegiados de um mundo desigual, onde também os

direitos, não sendo de fato ao alcance de todas as pessoas, viram privilégios.

A desigualdade é um fenômeno socioeconômico, que se assenta na condição de acesso desproporcional aos recursos, materiais ou simbólicos, fruto das divisões sociais. O termo identifica todas as diferenças de níveis de bem estar derivantes principalmente da disparidade de nível de renda, de consumo, de acesso à assistência sanitária, à educação e à esperança de vida. A diferença de renda, medida preferida pelos economistas, representa apenas parcialmente o bem estar de uma pessoa. A desigualdade é cruel porque prejudica e limita o status social das pessoas, além de seu acesso a direitos básicos, como: acesso à educação e saúde de qualidade, direito ao trabalho, direito à moradia, entre outros.

O acúmulo de desigualdades gera a exclusão que separa, divide, expulsa das relações humanas aqueles que, além da carência de bens materiais, não têm direitos nem oportunidades

e suas esperanças são frustradas. Exclusão, portanto, é “estar fora”, à margem, sem possibilidade de participação, seja na vida social como um todo, seja em algum de seus aspectos. Não é uma falha. A exclusão é parte integrante do sistema social, produto de seu funcionamento, resultando em marginalizações. Assim, pessoas ou grupos sofrem um processo de exclusão, para muitos de “apartação”.

Nas últimas décadas a questão das desigualdades e das exclusões, contudo, deixou de ser um tema apenas da política e passou para campos tão mais amplos quanto importantes, em áreas como a economia, a demografia e a educação. É tema particularmente relevante pelas específicas e mundialmente difusas desigualdades produzidas pelo desenvolvimento da economia capitalística moderna, exacerbadas a tal ponto em época da pandemia do coronavírus que levou a Oxfam, a titular seu relatório anual de 2020 “O vírus da desigualdade”.

Na sociedade brasileira, como em outras,

os excluídos não participam integralmente do sistema, são subintegrados, mas sustentam parte da ordem econômica e social. Desde o Brasil colonial, os indígenas e os escravizados foram excluídos da ordem social, mas a sociedade era sustentada, quase que totalmente, pelo trabalho braçal destes. Com o fim do Império e o início da República houve vários choques, nas relações e na forma de produção, dada a mudança de mão-de-obra, agora “liberta” de seus locais originais de trabalho, substituída, de modo intensificado, por imigrantes europeus. Muitas das vítimas do processo de escravização encararam sua “nova” condição, empobrecidas, sem nenhum preparo e sem estruturas para assumir um papel digno no ambiente econômico, social e cultural de um país em construção. Nessa origem, o racismo estrutural que marca a nossa realidade é tanto consequência de séculos e de relações de exploração quanto desafio permanente.

Mais recentemente a situação de exclu-

são social foi intensificada pela experiência da concentração de renda. Somos vistos, mundialmente, como um país gerador de riquezas imensas, ao mesmo tempo em que figuramos nos últimos lugares, nas estatísticas sérias sobre qualidade de vida da população. Em termos de riqueza material e qualidade de vida do povo, há altíssima taxa de concentração de riqueza nas mãos de poucos. Há evidente frieza e insensibilidade de muitas das elites políticas, num quadro em que a violência, uma das consequências da miséria e da desigualdade, faz-nos um contraexemplo civilizatório. A ciência moderna da sociedade constatou também que a mudança social associada à modernização redefine formas e conteúdo da desigualdade social em que as desigualdades não são apenas transmitidas diretamente de geração a geração, mas produzidas e reproduzidas no jogo do mercado, das instituições estaduais e associativas, dos grupos familiares e comunitários. Na atual polarização da riqueza perdeu importância a rela-

ção entre explorador e explorado, dialética típica do capitalismo produtivo, e ganhou espaço a relação entre incluído e excluído, em que não há dialética, porque o incluído não necessita do excluído, própria do capitalismo financeiro que submete e condiciona a produção.

Nesse campo, há sempre pontos cegos em muitas análises. Tende-se mais a uma dimensão formal que foca nas regras do jogo de maneira idealizada imposta pela configuração de poder estabelecido, que influencia toda a sociedade e suas explicações, que a uma dimensão que de fato descreve a realidade, ou seja, de fato como o jogo acontece. Em grande parte, estes pontos cegos escondem a população em condição de analfabetismo ou em situação de rua, os moradores das favelas e dos bairros populares, as crianças e os adolescentes sem acesso à educação, os idosos, as minorias étnicas e/ou culturais, enfim, setores sociais sem nenhum tipo de acesso aos direitos e à cidadania, com privação e falta de recursos, apartação social e discrimi-

nação. Perdemos, assim, muito do sentido e, da mesma forma, muito sentimento a respeito das diversas realidades que existem na conjuntura.

### A crise da liberdade em um mundo neoliberal

O MEB leva no mundo dos excluídos a força libertadora da educação. O anseio por liberdade tem marcado toda a história da humanidade produzindo movimentos políticos, formas jurídicas e sistemas econômicos, mudando tradições e costumes, gerando símbolos e identidades culturais. Cada vez mais conscientes da sua própria dignidade e da dignidade da pessoa humana, os povos das periferias reivindicam a capacidade de agir segundo a própria convicção e com liberdade responsável. Requerem também que o poder público seja delimitado juridicamente e promova os direitos de todas as pessoas.

A população marcada pelos estigmas dos preconceitos, da discriminação e da exclusão social clama por libertação: são as famílias que moram nas ruas ou em acampamentos, crianças, adolescentes e jovens menores de idade que exercem trabalhos proibidos, pessoas em condição de analfabetismo ou sujeitas a trabalho escravo ou mal remunerado. São também grupos humanos discriminados por gênero, raça, religião, ideologia, origem étnica, orientação sexual, aparência, diversidade funcional. O progresso tem aumentado as possibilidades de escolha na vida social e o desejo de liberdade, mas tem fechado os seres humanos na cela de uma concepção radicalmente individualista, prisioneiros do consumismo, dos aparatos técnico-econômicos e da necessidade de se afirmar para se sentir em vida na sociedade. Estamos, enfim, todos submetidos a um sistema que nos obriga a vestir à moda sazonal, a comer certos alimentos, a separar quem tem

carro de quem vai de ônibus ou a pé, a aplaudir ou rejeitar propostas e perfis de personagens apresentados com insistência ou condenados ao esquecimento.

Na nossa sociedade desigual, portanto, outro tema estrutural é a liberdade, esse direito, que cada pessoa detém como ser humano, de escolher e de assumir a responsabilidade pelas suas escolhas e as consequências que causam, incluindo a esperança de que tudo o que essas escolhas implicam produza uma melhoria para a humanidade. A liberdade restou pontual em tempos de autoritarismo líquido, produzindo medidas de exceção por dentro de contextos democráticos. O modelo neoliberal calcado em desigualdades limita cada dia mais os espaços de liberdade fixados nas Constituições democráticas e à revelia delas. Imaginávamos que a liberdade permitia-nos conceber-nos como um “projeto livre”. No entanto, exatamente essa sensação de liberdade tornou-se

uma das formas mais eficientes de submissão, devido ao poder instaurado pelo neoliberalismo que obriga disputas internas e necessidade de desempenho, podendo ser pensado como uma crise da liberdade. Os excluídos, os “oprimidos” de que fala Paulo Freire e que hoje estão em grande maioria amontoados nos barracos das favelas, nunca foram livres e somente veem exasperado seu desejo de liberdade com a ilusão da democratização fixada na Constituição cidadã.

Qual a real liberdade ou falta dela? Não seríamos sujeitos encerrados em nós mesmos a partir de incontáveis possibilidades de conexão e informação? Neste mundo conectado, com grandes redes e serviços que ligam pessoas, a sociedade digital de controle é construída pela participação intensa dos sujeitos, aproveitando-se da liberdade destes, os quais têm uma necessidade de transparência que não limita a comunicação; pelo contrário, incentiva-a.

Temos necessidade e obrigação de comunicar! Canais não faltam. Aliás, proliferam-se.

E há uma audiência sedenta a ser abastecida de dados e de informação. Para comunicarmos-nos, fornecemos informações e somos alimentados pela análise estatística dessas informações. Contudo, ganhamos em conexão e perdemos em vínculos. Existe uma relação de poder imposta pelas conexões, antagonicamente a uma relação de afeto decorrente dos vínculos. O vínculo é construído na admiração, no respeito mútuo, na confiança, está no reconhecimento dos sucessos e no acalanto nos fracassos, no aprendizado coletivo, na riqueza de visões que emerge das diferenças. A conexão, por sua vez, é um veículo de poder que acaba gerando dependência através de um círculo vicioso de exploração de comunicação e informação, quer quando somos aliciados a comprar um produto quer quando nos inculca ideias ou opiniões.

*Esse fenômeno é controlado por uma psicopolítica neoliberal que não é mais um poder disciplinar que age na coação, de forma explícita sobre o corpo, mas é um poder inteligente, sedutor, prazeroso que explora o sujeito que se torna submetido a si mesmo e ao seu desempenho.*

Esse poder de exploração, advém de um controle que age na nossa subjetividade a partir de uma lógica de mercado que atua transformando a nossa própria subjetividade, ou seja, nossa forma de sentir, compreender e atuar. Tendo o desempenho otimizado e incentivado, a política não precisa de coerções físicas ou cerceamentos, uma vez que o sujeito empreende a auto cobrança, coagido por emoções que são o impulso para a ação. A política neoliberal quer o fluxo contínuo da comunicação, a instabilidade da emoção, o esplendor da imagem, não permitindo a reflexão, o exercício da razão e a formação de vínculos entre os humanos e entre eles e a natureza.

Entre tantas ofertas de mercado e possibilidades de escolha não somos sujeitos livres, pois o neoliberalismo, como mutação do capitalismo, tornou o trabalhador um empreendedor. A exploração alheia da classe trabalhadora, denunciada pelo marxismo e que seria eliminada pela revolução comunista, foi transformada pelo neoliberalismo em auto exploração. Na concepção do empreendedorismo neoliberal, hoje cada um é um trabalhador que explora a si mesmo para a sua própria empresa. Cada um é senhor e servo em uma única pessoa. O desempenho e a eficiência do indivíduo devem ser elevados ao grau máximo. O otimismo torna-se um imperativo. A auto exploração decorrente desse processo tem



como conseqüências a depressão, a síndrome de esgotamento, o colapso mental, dentre outras doenças mentais. Numa luta interminável para aumentar seu desempenho, o “eu” estabelece uma guerra consigo mesmo e qualquer empecilho para a sua realização deve ser tratado terapeuticamente e curado.

O neoliberalismo também transformou o cidadão em consumidor. A liberdade de ser cidadão dá lugar à passividade de consumidor. O eleitor, nesse esquema, não tem interesse real pela política, pela formação ativa da comunidade. Ele apenas reage de forma passiva, criticando e reclamando, como o consumidor faz. Políticos e partidos seguem a lógica do consumo. Eles se degradam meramente à condição de fornecedores. A transparência não aparece nos processos políticos de decisão, que pouco interessa ao consumidor político. Ela se mostra para transformar indivíduos em objeto de escândalo para espectadores a serem escandalizados. E é assim que funciona a democracia,

uma democracia de espectadores! Com a era digital, evolui-se à era da psicopolítica digital, que nos leva a uma nova crise de liberdade, onde até a vontade própria é atingida.

As formas de comunicação, as plataformas digitais, alicerçadas em algoritmos poderosos, aproveitam-se do desenvolvimento tecnológico que possibilita o registro total da vida, onde a memória não é apagada nem depende de relações que vão sendo reestabelecidas com o passar do tempo. São os *Big Data*, tecnologia que coleta ações digitais, como cliques e comportamento, criando sujeitos prisioneiros de dispositivos que definem classes de consumidores, que podem excluir os não desejados ou não escolhidos para o consumo. Os *Big Data* são elementos importantes nesse processo, eles alcançam um conhecimento que permite influenciar na psique do sujeito, permitem interações, permite espiar as ações humanas e promover padrões coletivos, torna possível um prognóstico sobre o comportamento humano

e prever e controlar os sujeitos. Os *Big Data* prenunciam o fim da pessoa enquanto ser livre não mais dotada de livre-arbítrio.

Esta transformação, tanto no campo da saúde mental como da sanidade política, tem consigo uma série de consequências e de considerações. Quais as possibilidades que podemos assumir numa prática da liberdade com base na ideia de experiência? Assumindo que a construção do ser humano extrapola qualquer cálculo ou previsão, a libertação dessa programação e controle psicológico pode ser dada através de uma consciência herética que foge do consenso, capaz de uma espécie de profanação, isto é, negar a programação vigilante que é imposta. Os sujeitos lutam por sua liberdade. Acontecimento é, portanto, a inversão de uma relação de forças que surge numa constelação diferente, subvertendo a dominação. Vivência e experiência se distinguem. Ser sujeito é, mesmo submisso e submetido, poder lutar pela libertação.

## Globalizações

A percepção da desigualdade social na vida quotidiana, na política, se baseia muitas vezes em uma visão limitada às situações territoriais, políticas, econômicas, sociais e culturais. Mas esta visão é insuficiente porque o mundo está sempre mais conectado e os confins territoriais, que continuam existindo, não são suficientes para a leitura da realidade. Educadoras e educadores populares que atuam nas periferias experimentam hesitações para o engajamento, dúvidas, às vezes a descrença que leva à inação; tem dificuldade de formar coletivos de pessoas dispostas a doar o seu tempo e as suas capacidades para a promoção dos direitos dos menos favorecidos pelas políticas públicas que definham; veem aumentar o número dos que engrossam as turmas de sobreviventes sem esperança, dispersos em um ambiente vastíssimo, empurrados a se afastar como náufragos das tábuas de salvação a que outros conseguem

agarrar-se. Mas a paixão educativa, ao mesmo tempo, percebe que o mundo dos pobres, anelando por liberdade, começou a unir os clamores e emigrar em massa invadindo o mundo dos ricos, apesar das incertezas do destino.

Vivemos em tempo de rápidas globalizações, fenômeno complexo que possui diversas dimensões: econômicas, políticas, culturais, comunicacionais e em permanente mudança nas relações geopolíticas e nas dominações entre os povos. Lamentavelmente, a face mais difundida é a econômica, que se sobrepõe e condiciona as outras dimensões da vida. A dinâmica do mercado absolutiza-se como regulador de todas as relações humanas. Este caráter peculiar fez das globalizações um processo promotor de iniquidades e injustiças múltiplas. A globalização tal como está configurada atualmente, nunca foi capaz de interpretar e reagir em função de valores objetivos que se encontram além do mercado e que constituem o mais importante da vida humana: a verdade, a justiça, o amor, e

muito especialmente, a dignidade e os direitos de todos, particularmente daqueles que vivem à margem do próprio mercado.

No plano econômico, a globalização caracteriza-se pela desnacionalização financeira. O mercado globalizado é um mercado desregulamentado, sobre o qual os Estados possuem cada vez menos controle. O Estado Nacional, embora tenha entrado num longo processo de transformações vinculadas à globalização, ainda é um ator fundamental na economia mundial, mas começa a sofrer limitações em sua soberania e em sua autonomia decisória. Ao lado das organizações multilaterais, os blocos regionais também são entidades supranacionais mais abrangentes que o Estado e que vão, cada vez mais, destacando grupos de nações. As empresas transnacionais são entidades que transcendem as fronteiras dos Estados Nacionais e sua lógica de operação e suas estratégias não estão condicionadas por razões de Estado, mas sim pela busca de mercados atraentes e melho-

res condições de investimento.

Entretanto, há aspectos específicos a partir de nossas realidades. A primeira é que estamos em um pedaço do mundo com características próprias. Depois, fomos objeto de um grande projeto de dominação, travestido na ideia de colonização, que forjou-se por ações do centro europeu de decisão política a partir do século XV. Tivemos uma ocupação de exploração e essa forma de colonização é raiz das condições atuais do Brasil e dos demais países do continente. Essa colonização inserida, também, nos intelectuais influenciou as concepções sobre o Estado, o povo, a soberania, a separação de poderes, os movimentos sociais, a democracia, a cidadania, especialmente acerca da educação e da cultura. Sob esta nova etapa, a globalização acabou por submeter toda a região à dependência, num primeiro momento às potências europeias, depois aos Estados Unidos, mais recentemente a um processo de presença chinesa.

No entanto, produziram-se igualmente outras correntes de pensamento e outras opções de conhecimento sobre a realidade do continente, a partir das margens, na defesa de formas ancestrais, alternativas, de conhecimento e de educação, expressão da resistência cultural, ou associadas às lutas políticas e/ou de mobilização popular. A descolonização do imaginário e a desuniversalização das formas coloniais do saber aparecem assim como condições de toda transformação democrática radical destas sociedades. A globalização da comunicação digital assim como a mídia pequena ou grande, também se submete ao poder financeiro, com raras exceções. A globalização da cultura do consumismo e o descarte de tudo o que não é produtivo perpetuou a opressão dos excluídos privados de muitas ou de todas as oportunidades. Há uma necessidade de descolonização da globalização, mesmo que no modo desigual e assimétrico, tanto no que se refere a áreas do saber como a regiões do mundo.

Nessa quadra, tanto os processos econômicos, políticos, sociais, culturais, quanto as mudanças climáticas, necessitam de reformulação das políticas públicas a partir de conceitos integrados e, ao mesmo tempo, humanos, incluídos e cosmopolitas. Estamos enfrentando o desaparecimento de paradigmas ultrapassados e a eclosão de realidades jamais imaginadas, exigindo o desenvolvimento de novas estruturas sociais, políticas e culturais. Em tempos de comunicação digital, a aliança entre capitalismo e desenvolvimento tecnológico gera uma sociedade de risco mundial, onde os aspectos negativos ou riscos superam os aspectos positivos e, acima de tudo, escapam do controle das instituições sociais, como, por exemplo, os riscos das mudanças climáticas.

Está-se diante de uma reconfiguração histórica da visão de mundo nacional – os riscos globais criam públicos globalizados e esses, por sua vez, tornam os riscos globais visíveis e políticos –, em razão de um processo de moder-

nização tão bem-sucedido quanto catastrófico. Parte-se, neste momento, para um olhar macro do mundo. A imagem de sociedade difundida até então virou de cabeça para baixo com o colapso do imperialismo e da União Soviética e iniciou-se uma reconfiguração da geopolítica mundial e do papel dos países da nossa região ante a este quadro, bem como com o processo de globalização constatado a partir de então. A ciência tem encontrado evidências sobre os impactos da crise climática e isso tem confrontado os interesses das corporações que dominam o mundo. A desigualdade social se alastra em diversos cantões do planeta e se reflete em precariedade das condições de trabalho, fome, doenças, guerras e migrações forçadas dos pobres da terra. Afetou-se, com isso, não apenas todo um regime político, mas também a percepção da própria sociedade. Trata-se de processo que não apresenta limitação no tempo e no espaço, mas que avança e espalha-se cada vez mais por conta da inação política, uma vez que a meta-

morfose do mundo introduziu novos espaços e estruturas de atuação.

A política não está mais sujeita às mesmas vontades de antes ou vinculada apenas a atores e instituições estatais, afinal, as implicações dos riscos são problemas globais. Assim, a política está entrando em uma zona de pouca visibilidade a partir de dois contextos: (a) nada permanece fixo, nem as antigas instituições básicas e os sistemas de regras, tampouco (b) ficam de pé as formas e papéis organizados específicos dos atores sociais. As mudanças e a dissolução das realidades sociopolíticas tradicionais impulsionam uma volta à definição das estruturas, das normas e das possíveis contribuições que emergem a partir disso. Os produtores e os portadores de risco entram em conflito uns com os outros em detrimento de relações, de definições de estados-nação, concebidas em grande parte e conservadas inalteradas em relação à sociedade moderna e que são historicamente inadequadas para o atual quadro que vivemos em todo o planeta.

Deste modo, a infindável história motiva o despertar da consciência da sociedade contemporânea e da necessária esperança. Não há como fazer previsões. A única certeza é lutar e depois o futuro dirá. É provável que tenhamos que refazer alguns dos conceitos que usamos para analisar as conjunturas a partir de nossas sociedades, tanto marcadas pelas ausências como pelas emergências, mas de forma crítica, sistemática, aprofundada e rigorosa, ao mesmo tempo pluralista, com o objetivo de superar as monoculturas eurocêntricas por meio de uma ecologia de saberes que permita uma tradução intercultural.

### Política e educação

Os saberes do povo, a sede de conhecimento, a vontade de sair da marginalização, o desejo perene de liberdade que acompanha os excluídos como o ar que respiramos, animam ainda as educadoras e educadores do MEB a

apostar na educação popular, a partir dos excluídos e das áreas e ambientes marginalizados. Nas periferias o povo sonha com mudanças profundas: escolas e estudos, saúde e hospitais, trabalho e renda familiar. Os mebianos sabem que a dimensão política, como defesa dos direitos e exercício das práticas democráticas, não é natural, mas deve ser aprendida colocando cada sujeito na perspectiva da cidadania. Papa Francisco pede aos excluídos coragem e esperança: *“É tempo de olhar em frente com coragem e esperança. Que, para isso, nos sustente a convicção de que habita na educação a semente da esperança: uma esperança de paz e justiça; uma esperança de beleza, de bondade; uma esperança de harmonia social!”*. Não fazer nada como cidadãos e como educadores, diante das formas de gestão do poder a serviço dos interesses de parte apoiadas pelos meios de comunicação de massa na formação da opinião pública, significaria aceitar de ser transformados em culpados diante do que vem acontecendo e

daquilo que pode acontecer no futuro.

Neoliberalismo e neoliberalismo, que dominam o nosso mundo hoje, andam juntos desde a origem: sustentar o poder econômico, considerado libertador, em contraposição ao poder político representativo do poder do povo, considerado opressor. O sistema neoliberal busca soluções mais eficientes do que é oferecido pelo confronto e o compromisso democrático, afasta a classe trabalhadora e chega afirmar à ideologia do estado mínimo. Combate a inflação com a desocupação e o cidadão vira simplesmente um peso na balança entre desocupação e inflação. Assim a desconfiança se torna hostilidade à participação popular na vida política do País, e às formas de organização social, sindicatos e movimentos que defendem a dignidade e os direitos, condições de segurança no trabalho e salários justos, porque tudo isso limitaria a liberdade econômica das empresas.

Perdemos algumas de nossas referências tradicionais na luta pelo bem comum. As gran-

des correntes de pensamento e as estruturas de explicação perderam-se ante os desafios que a realidade foi oferecendo. Esta perda das referências deixou-nos órfãos e desorientados, tanto no discurso como na prática. Ao ganharmos em complexidade a explicação do mundo perdemos um dos duplos mais conhecidos – local e global - e que ofereciam níveis de comparação entre eles. O local já foi o outro lado do global e vice-versa. Trabalhávamos na educação de uma comunidade local em vista de sua expansão em contextos mais amplos. O global era o local sem paredes e, portanto, se considerava que o local, em algum momento, deixou de ser exclusivamente local.

Hoje vivemos em contextos de multiplicidade. Uma comunidade é uma entre mil outras diferentes. Perdemos as raízes e trabalhamos com rizomas, perdemos a unidade, lidamos com a multiplicidade. Precisamos de interdisciplinariedade para chegarmos a alguma síntese razoável ou aproximativa. Esta multiplicidade

gera tantas divisões, contemporaneamente, e multiplica os agrupamentos de diferenças e de igualdades. Assim, os conflitos hoje superaram a questão de classe, devido à pluralidade de suas relações, multiplicando o dissenso e dificultando o consenso. E é precisamente aí que se encontra a multiplicidade, um território complexo de relações políticas entre cidadãos e agrupamentos de cidadãos.

A multiplicidade é também fruto das democracias representativas, reguladas pelo neoliberalismo típico de nosso tempo. Mediada pela voz soberana “do povo” que, apaziguando os conflitos, estabelece o poder da maioria, ou a vitória daqueles a quem cabe a virtude de governar. Longe de solucionar tais conflitos, sistemas democráticos podem reunir turbulências individuais em torno da ilusão de um personagem mítico, que também produz divisão e ódio, muitas vezes multiplicado. A crítica, nesse caso, é direcionada a muitos modelos estatais da atualidade, que, servindo apenas aos interesses do



capital, exploram e manipulam as partes sociais que constituem uma nação, esvaziando o fazer político e tocando-o inconsequentemente para a beira de um abismo de ódio, consequência direta do modelo neoliberal que estimula o individualismo, a competitividade e o lucro a qualquer custo, disfarçado de democracia.

A democracia no Brasil é uma conquista relativamente recente e muito importante. Nunca é demais lembrar o valor de expressar livremente as próprias ideias, do direito de se associar e se reunir e os quais fundamentais são as garantias básicas dos cidadãos contra ações arbitrárias do Estado. Embora muitos cidadãos brasileiros ainda tenham de conviver com abusos de poder, desmandos e até mesmo tortura policial, a democratização do país tornou possível combater institucionalmente essas práticas e denunciá-las publicamente, para que possamos fazer do poder público algo a serviço do cidadão e não contra ele.

Mas não é apenas do ponto de vista dos direitos civis e do compromisso público do Estado que a democracia é importante. O período que coincide com a redemocratização do Brasil, o país melhorou em itens como diminuição da mortalidade infantil, aumento da expectativa de vida, aumento do tempo médio de estudo e diminuição da desigualdade de renda. O fato de que isso se deu no período de redemocratização e consolidação da democracia não é mera coincidência. Isso mostra o quanto pode ter influência direta na vida de cada um a possibilidade de escolher representantes periodicamente pelo voto, acompanhar seu desempenho por meios de comunicação sem censura prévia e participar de atividades de pressão e fiscalização do poder público. De uma forma mais ampla, houve um tipo de “desenvolvimento” que trouxe mais oportunidades para superar a exclusão, por meio de uma inclusão, ainda que muito incipiente, todavia fundamental para outro horizonte sobre o país.

Nesta “democracia delegativa”, os eleitores enxergam o Presidente da República (ou a classe política) como depositário exclusivo de toda legitimidade democrática. Consequentemente, a ele (ou à classe política) delega-se o direito e a obrigação de resolver todas as questões nacionais como bem lhe for conveniente. Desse modo, o chefe do Poder Executivo coloca-se acima de partidos políticos e movimentos sociais, incentivando uma democracia majoritária, porém delegativa.

Nesse período, como um dos exemplos de avanços, os regimes democráticos na América Latina e nas Constituições de seus países trouxeram consigo alguns instrumentos de promo-

ção da democracia direta. A busca era, como é, a ampliação dos poderes da sociedade civil organizada. A democracia direta existe quando o conjunto de membros de uma comunidade concorre pessoalmente na tomada das decisões políticas. Claro, que a aplicação desses mecanismos por vezes é realizada de maneira subvertida. São empregados no sentido de minimizar as atribuições que têm a cidadania como depositária da soberania nacional, levando a situações em que a democracia não mais é representativa, mas sim delegativa.

A Constituição brasileira, de 1988, surgiu a partir de um amplo movimento progressista, num momento de redemocratização do país. Hoje, precisamos aprofundar os alicerces da democracia brasileira. Isso significa pensar sobre o Estado que queremos: um Estado público e democratizado com exercício pleno de cidadania. Este Estado público e democratizado só é possível por meio de uma maior participação cidadã, mobilização popular e controle social. A radicalização da democracia se dá a partir

do aprofundamento e do aperfeiçoamento de uma cidadania consciente, ativa e intensa. A emergência de atores e processos cada vez mais evidentes e necessários, possibilitou, de um lado, melhores lutas populares e identitárias, e doutro, a necessidade de uma ampliação das pautas em torno do social, com temas como democracia e participação, formas de comunicação e informação.

Diante desta quadra, a questão que surge como mais gritante, para a relação entre a atual realidade histórica, a cultura e a educação, é a tensão entre uma cultura de participação e de presença na sociedade, com suas características e peculiaridades. Nas relações sociais brasileiras, persiste uma cultura da dádiva, que é a expressão política de uma das muitas desigualdades sociais. Ela decorre da relação de mando/subserviência cuja manifestação primeira se deu no âmbito do grande domínio territorial que configurou a sociedade brasileira nos primeiros séculos de sua formação, foi fortalecida pelo modo de produção escravista, e sofisticada

na economia periférica capitalista que até hoje assola a sociedade, dentre outros fatos geradores. Nossa cultura política ainda funciona como uma espécie de cimento das relações de mando e subserviência, que fornece a base para a continuidade de tais relações, as quais, por sua vez, são associadas à cultura da dádiva. As novas democracias, denominadas de “delegativa”, “frágil”, “de fachada”, “democradura”, que vivemos são, pelas formas de referência, uma clara indicação da provisoriedade e incompletude desses regimes que podem evoluir e se solidificar em formas de democracia participativa. Mas nada garante que não possa ocorrer uma regressão ao *status quo ante*, como, em casos como o brasileiro, a eliminação das tradicionais instituições e práticas do regime autoritário não evitou os altos níveis de autoritarismo, patrimonialismo e elitismo que caracterizam o estilo de fazer política, cultura e educação do país. Contudo, os hábitos democráticos não existem no vácuo, mas são apreendidos e reforçados através da participação na cidadania,

nas associações de cidadãos, nos movimentos populares e sociais.

A educação, especialmente a educação popular, base da constituição do MEB, sofre em todos estes campos. Contudo, especialmente na cultura e na educação, surgiu uma paixão pela ignorância ou ódio à inteligência, ao conhecimento, à ciência, ao esclarecimento, ao discernimento e funciona como algo antes velado que está se concretizando em comportamentos, perspectivas e realizações cada vez mais presentes em nosso cotidiano. Cresceu muito o uso elitista da ignorância, como uma segunda forma de exercer o poder, como forma de manipulação do campo do saber. A paixão pela ignorância é, também, um ódio à inteligência, um desejo de seu apagamento por conta de uma cegueira optada e decidida por pessoas e instituições. O pensamento e a ousadia intelectual tornaram-se insuportáveis para muitas pessoas chegando a um nível institucional e, não raro, acabam excluídos ou mesmo criminalizados. Os chamados “intelectuais” acabaram

se concentrando em alguns ambientes, como na academia, um dos espaços da educação.

Houve uma perda do respeito pelo mundo da cultura e da educação, o maior alicerce da esfera pública. A consciência de viver em um mundo aberto, pluralista e desagregado fez com que instituições educacionais e culturais tradicionais tenham entrado numa espiral onde o antigo monopólio sobre a difusão de conhecimentos socialmente relevantes não é mais verdadeiro. Explodiu o acesso a muitos outros meios que abrem distintos universos culturais: telefones, internet, multimídia. A cultura e a educação se tornaram menores por conta da mudança na forma de apropriação do conhecimento por parte de parcelas cada vez maiores da população. Essa perda do monopólio criou um sentimento de diminuição da legitimidade e da influência da escola e dos professores, por exemplo, justamente quando os aparatos educacionais e escolares têm tanto poder e tanta influência sobre o destino de cada um, como jamais tiveram antes.

Nesse contexto, vemos o educador e educadora popular do Movimento de Educação de Base e o educador ou educadora de qualquer nível e ambiente ser propulsor de uma educação emancipatória, na qual a problematização esteja presente como um modo do ser humano tomar consciência de que é um ser histó-

rico em permanente construção envolvido no processo de ensino-aprendizagem ao longo da vida, como também na elaboração e execução de políticas públicas para a educação brasileira, uma educação emancipatória, que rompe com qualquer educação excludente, voltada para o mercado capitalista.

### Impactos da pandemia

Iniciamos o ano de 2020 com a grave pandemia do COVID-19. O mundo inteiro já passava por uma crise quando explodiu a pandemia. Havia uma avaliação de que haveria um aprofundamento, num século de estagnação. O coronavírus foi um catalisador. O quadro, todavia, não era apenas de uma crise econômica. Nos campos das políticas, das relações sociais e humanas, das ecologias, das exclusões e desigualdades, bem como em tantas outros, havia muitas e profundas tensões estruturais e conjunturais. Estas se agravaram em 2020 com um excesso e uma depressão, a partir de uma nova geopolítica.

No Brasil, o ano de 2020 foi terrível, com um número inimaginável de milhares de mortos pelo COVID-19, milhões de casos, crise econômica, aumento do desemprego, serviços públicos sucata-dos e a educação com uma pressão inédita. As características brasileiras, com um quadro social, político, sanitário, educacional, cultural, ambiental e econômico, que já era muito difícil, exigiram

cuidados especiais e específicos. Diante da escalada da pandemia, o país não encontrou um consenso para enfrentar de forma unida as dificuldades a que foi submetido. Não fosse apenas a extensão continental, as muitas diversidades, a grande concentração de periferias nos principais centros urbanos (como Rio de Janeiro e São Paulo), a pouca quantidade e a distribuição desigual de leitos e unidades de saúde pelo país, o governo federal meteu-se em diversas disputas. Concluímos 2020 em depressão econômica, que poderá modificar a maioria das políticas em todo o planeta.

Durante um tempo considerável, a política, especialmente a democracia ocidental ou liberal, perdeu o controle do mercado financeiro e de parte da economia globalizada. Essas relações podem ser, mais uma vez, modificadas. O grande consenso de governos e agências nesses tempos de pandemia é que a ampliação do papel do Estado e das políticas públicas será a única saída para evitar que a crise seja mais profunda, com um aumento substancial do déficit público para salvar vidas e evitar uma queda maior da economia. Nesta quadra, os principais desafios serão enfrentar o crescimento recorde do desemprego em um período tão curto de tempo, oferecer assistência emergencial aos mais vulneráveis, reduzir o colapso dos sistemas de saúde e reestruturar a economia e alguns serviços essenciais como a educação.

A educação tradicional, tal como a conhecemos, está submetida a um dos maiores desafios de sua história. As limitações impostas e os riscos da contaminação e da morte, trouxeram uma necessidade de revalorizar o processo educacional, de ensino e aprendizagem, para além do que foi estabelecido como modelo. Da mesma forma, a educação popular sofreu mudanças que ainda estão se consolidando, tanto nas práticas como nos instrumentos, o que levará a um outro projeto e que colocará novos desafios para o MEB.



Após estes determinantes sociais é tempo de oferecer os referenciais éticos, comparando os sinais dos tempos com os sinais do Reino de Deus e a opção preferencial pelos pobres. Assim, a referência central do MEB pode ser percebida a partir de dois aspectos fundacionais. O primeiro é o Reino de Deus, que se aponta como um horizonte para todos e todas, nos compromete com uma perspectiva humanizadora de sociedade. Ele está para além das estruturas religiosas, como as Igrejas. É parte de um processo e presença que considera a radicalidade de uma vivência da comunhão, abertura já aqui no mundo, num caminho imanente de construir e antecipar o transcendente, orientado para o Pai, os outros e à natureza (*Gaudium et Spes*, n.39). O segundo é a sua opção originária e preferencial pelos pobres e empobrecidos, pelos pequenos, pela mulher, pelas crianças, pelos enfermos e pelos estrangeiros, e por sua libertação, a superação de uma situação geradora de injustiça, indignidade e desigualdades. Uma opção que encontra seus fundamentos na fé cristã, aberta ao diálogo interreligioso e intercultural. Essas referências funcionam como uma raiz que posiciona o MEB e de certa forma condiciona todas as suas ramificações e projeções.

Essa raiz fundacional não coloca o MEB no centro do terreno social. Pelo contrário, o inscreve necessariamente nas periferias e nos impulsiona a pensar e a repensar constantemente para onde essas periferias se deslocam. Não é uma raiz do centro, mas uma raiz de fronteira. Ela fundamenta, mas não fixa o MEB numa determinada localidade ou prática. Uma raiz que nasce e, ao mesmo tempo, gera MOVIMENTO.

Esse primeiro aspecto fundacional do MEB constitui-se numa espécie de “para quê”, num

propósito primeiro do MEB. O segundo aspecto fundacional dá forma ao propósito com um conteúdo específico: a educação popular. Esse é conteúdo do fazer do MEB, o caminho que encontramos para construir a nossa MISSÃO.

A história do MEB e da própria educação popular no Brasil se confundem. Estão imbricadas e ganharam contornos distintos a partir dos condicionamentos sociais, dos momentos políticos e das estratégias de sustentação financeira dessa prática educativa no território nacional.

A educação popular está inserida numa perspectiva que hoje foi atualizada pelo Papa Francisco. Uma educação comprometida com a transformação. Uma educação que assume para si a construção de referências novas para a humanidade, para as relações sociais e com a natureza. “A educação será ineficaz e seus efeitos estéreis, se não se preocupar também por difundir um novo modelo relativo ao ser humano, à vida, à sociedade e à relação com a natureza” (*Laudato Si'*, n. 215).

Como ponto de partida do JULGAR, como continuidade e processo de aprofundamento do VER, parece-nos importante destacar esses dois aspectos originários do MEB. Eles funcionam como uma bússola que orienta o olhar, a análise e o fazer: o Reino de Deus e a opção pelos empobrecidos e a educação popular.

A partir dessas raízes que inscrevem o MEB na igreja e na sociedade, podemos voltar nossos olhos para o VER e tentar perceber que movimentos existem na realidade, que devem ser considerados como elementos importantes que precisam ser considerados, impulsionados ou enfrentados ao pensarmos o AGIR do MEB para o futuro.

Se as raízes do MEB estão formadas pelo Reino de Deus, a opção pelos empobrecidos e a educação popular, o tronco central advindo dessas raízes foi a prática de alfabetização de adultos. Atuar para superação do analfabetismo foi a ação do MEB geradora de vários desdobramentos durante a



sua história. Considerando essa questão podemos nos perguntar sobre quais são os analfabetismos do presente e como podemos enfrentá-los? Parte dessa pergunta será enfrentada no AGIR, mas devemos neste momento discernir sobre as tendências estruturantes da realidade, suas dinâmicas e consequências para a sociedade, em especial, para os mais empobrecidos.

### Ensinar e aprender numa sociedade com dinâmicas sociais aceleradas

Os processos de ensino-aprendizagem, sejam formais, informais e populares, acontecem contextualizados no tempo histórico. Com o tempo aprendemos a ser o que somos, com o tempo também desaprendemos eventualmente o que já tínhamos aprendido, ainda com o tempo nos damos conta da necessidade de novos aprendizados. Vivemos uma aceleração de parte significativa das dinâmicas sociais e isso afeta o processo de aprendizagem, as relações entre as gerações e o papel dos processos educativos, dos educadores e educandos.

A educação tradicionalmente se coloca como ponte entre o que já foi acumulado culturalmente, que costumamos organizar em conteúdos, e aquilo que ainda está por vir. De certa forma a educação faz a ponte entre o passado (o que já sabemos) e o futuro (o que podemos ou devemos saber). Não é só compreender o passado e sistematizá-lo, mas em especial, articular os conteúdos com uma expectativa de futuro. A compreensão do passado e projeção do futuro são elementos fundamentais para a escolha sobre o que devemos ou não devemos ensinar e aprender.

Numa sociedade de dinâmicas sociais aceleradas, as perspectivas de futuro parecem flutuantes, a nossa projeção de futuro se modifica constantemente. O que é relevante para as futuras gerações? E para as gerações mais velhas? Qual a natureza da alfabetização que precisamos garantir como básica para outros e futuros aprendizados? Quais são os conteúdos que podemos reconhecer como estruturantes de futuros conteúdos, que ainda não estão evidentes no radar dos processos pedagógicos que organizamos?

Essas questões não relegam a prática alfabetizadora como a conhecemos para um segundo plano. A alfabetização continua sendo um passo fundamental numa sociedade como a nossa, mas é necessário refletir sobre os outros analfabetismos que a atual dinâmica social está produzindo e que precisam ser também enfrentados. Contudo, no contexto amplo e variado da Educação Popular, em algum momento será preciso, para além da alfabetização de jovens e adultos, cuidar da Educação em Direitos Humanos. O MEB, durante um bom arco de tempo, abarcou vários espaços de educação popular hoje ocupados por uma variedade de pastorais da Igreja Católica, por igrejas evangélicas e por Organizações (ONGS) de todo tipo. E isto é bom. No âmbito eclesial católico em geral, o ensino social da Igreja levantou abertamente a questão dos direitos humanos, pela primeira vez, 20 dias depois da fundação oficial do MEB (*Pacem in Terris*, 11 de abril de 1961). A ampliação e diversificação dos direitos é tema debatido e polêmico e ainda não se enraizou bem em diversos âmbitos das igrejas cristãs, das religiões e das sociedades em geral.

## Das escolas radiofônicas à cultura digital

A experiência primeira do MEB contou com o uso intenso de tecnologia para o desenvolvimento de turmas de alfabetização. A escola radiofônica estava organizada com uma dinâmica composta por programas de rádio, monitores presentes com os grupos e material didático de apoio.

Nas últimas décadas vivemos uma intensificação do uso de tecnologias da informação no campo da comunicação entre as pessoas, nas formas de fazer trocas comerciais e em outros vários setores da sociedade. Essa intensificação, em especial, nos centros urbanos, gerou e está gerando novas formas de socialização com várias possibilidades e desafios.

Não se trata da utilização de um determinado artefato tecnológico, mas de uma cultura digital que influencia e condiciona as relações, o mundo do trabalho, as relações comerciais e a política. Essa é uma pauta que aparentemente foge da tradição da prática da educação popular, mas que não pode ser desprezada se desejamos fazer uma educação efetivamente transformadora.

De certa forma a digitalização de parte da vida social está acelerando processos, aumentando a produtividade, ampliando e, ao mesmo tempo, afetando à nossa maneira de estar presente no trabalho, na família e nos espaços de aprendizagem. Existe uma relação entre esse processo de digitalização e a aceleração das dinâmicas sociais.

Elementos como a análise de grandes bases de dados, predição de tendências, rastro digital, inteligência artificial, velocidade de acesso às informações estão se constituindo numa nova fronteira de inclusão e exclusão. Fazer a ponte ou uma conexão da escola radiofônica para a cultura digital parece ser uma necessidade premente.

## Saber popular e desinformações (*fake news*)

A ampliação e circulação de informações pareceu-nos desde sempre que seria o caminho para ampliação de uma melhor consciência. Os programas e as estratégias de conscientização passavam, predominantemente, pela ampliação do acesso e circulação de informações.

Hoje vivemos um momento paradoxal, já que ampliamos o volume de informação disponível e seus meios de circulação, mas ampliamos, também, o que poderíamos chamar de desinformação, causada não pela ausência, mas pela distorção da informação.

Essa dinâmica, que na escala atual, parece-nos uma novidade, precisa ser mais bem compreendida e enfrentada por todos que buscam fazer uma educação popular. As redes que circulam as informações não passam por um modelo de censura clássica já conhecida por todos nós, mas por uma dinâmica de construção de castas virtuais, círculos fechados onde uma determinada informação distorcida é reforçada e não encontra o contraditório.

A valorização do saber popular é fundamental no processo pedagógico organizado pela educação popular. É na partilha desses saberes, em “rodas de conversas” que construímos comunidades educativas. A produção do que conhecemos como saber popular pode estar sofrendo uma alteração na sua forma de gestação. É necessário compreender e enfrentar a dinâmica em curso de um determinado tipo de conhecimento que nega o próprio conhecimento, enfim, enfrentar um jeito de saber que despreza o conhecimento.

## Apelos da Casa Comum e a construção da amizade social

Um dos apelos mais eloquentes do Papado de Francisco, está relacionado ao cuidado com a Casa Comum (*Laudato Si'*). A compreensão de que precisamos repensar a forma que organizamos a economia e a produção, as relações de trabalho e a nossa relação com o restante da natureza. Mais recentemente esses apelos ganham contornos de pactos e programas com as iniciativas – “A Economia de Francisco” e o “Pacto Global pela Educação”. Não é possível avaliar, nesse momento, a vitalidade dessas iniciativas, mas elas convidam organizações como o MEB para um repensar de suas práticas e articulações. Da mesma forma, há o desafio de, a partir da amizade social, construir um mundo melhor e fecundar toda a vida social (*Fratelli Tutti*).

No caso específico do MEB a prática envolvendo os temas do desenvolvimento sustentável e do equilíbrio ecológico, já ocuparam alguma centralidade, senão de forma programática, mas por um condicionamento dos locais de atuação da entidade: a presença dos grandes projetos de desenvolvimento no norte e nordeste do país, a atuação nas reservas extrativistas, corredores ecológicos e iniciativas sustentáveis de geração de renda.

Para a futura estratégia do MEB nos próximos anos é necessário considerar essa dimensão socioambiental. Não podemos suscitar e problematizar as relações sociais que construímos no mundo do trabalho, entre as gerações e as relações sociais de gênero e deixar de lado a nossa relação com o restante da natureza. Ela também deve ser objeto da nossa reflexão, aprendizado e transformação.

Da mesma forma, o apelo pela reconstrução das relações sociais do Papa Francisco, a partir da inspiração de São Francisco de Assis, exige um permanente processo de refundação de toda a práxis, incluindo o MOVIMENTO, forma e conteúdo de cada um de nós e de todas e todos.

## Olhando para dentro

Para rever, reafirmar, ampliar ou modificar a prática do MEB é necessário, também, repensar a nossa forma de organização. As dinâmicas sociais apresentadas no VER e refletidas até aqui, apontam possibilidades e pressões sob os modelos tradicionais de organização das entidades de educação popular.

Como pensar os grupos de base do MEB sem uma estrutura local de apoio que remeta aos Departamentos de outrora? Como esses grupos podem ganhar em flexibilidade, sem perder organicidade? Questões como essas parecem desafios fundamentais para o AGIR que vamos construir.

Outra questão relevante é compreender esse momento da Igreja Católica no Brasil, as iniciativas do Papa Francisco, o contexto da CNBB e, especialmente, a realidade das dioceses onde o MEB atua ou atuará.

Mesmo que de forma embrionária, algumas questões podem ser apontadas como auxiliares para o discernimento que precisamos fazer. A primeira é que precisamos aprender a intensificar o uso de tecnologias já disponíveis em nossos processos organizativos e educativos. Outro aspecto é a relação com as estruturas eclesiais. Conduzido pelos professores leigos da Ação Católica, o MEB foi assumido pela CNBB.

Esta relação teve algumas tensões, entre evangelização e catequese, ação sociopolítica e conservadorismo eclesiástico, mas em um balanço final resultou também vital para o MEB.

Por fim, uma questão um pouco mais complexa do que as duas primeiras, é que precisamos compreender e forjar uma nova forma de organização que contemple flexibilidade e profissionalis-

mo. Um caminho possível para essa empreitada pode ser a compreensão de que é necessário muito profissionalismo para sustentar movimentos espontâneos e garantir organicidade a partir deles, ou seja, uma profissionalização intensa nas estruturas intermediárias para garantir uma flexibilidade e ao mesmo tempo a organicidade que faz do MEB um Movimento.

### Entre o MEB dos sonhos e os desafios que nos tiram o sono

A trajetória construída pelo MEB até aqui foi uma resposta aos condicionamentos do seu tempo. Compreendemos que todo tempo possui sinais de encanto e de espanto. Uma posição polarizada entre esses dois sinais esvazia a nossa capacidade de aprender com a realidade e construir a intervenção necessária.

Três elementos são constituidores da manhã que não tarda a chegar: colocar-se a caminho, a postura de diálogo e as práticas pedagógicas a favor da transformação. Esses elementos não possuem, por si, a especificidade de um programa de ação, mas apontam uma postura para construção do nosso AGIR.

Entre o MEB dos sonhos e o MEB que nos tira as noites de sono, cabe-nos pensar, na esteira de Paulo Freire, o MEB do inédito-viável. O MEB que já pode existir para o futuro que se aproxima, mas que ainda está à espera do nosso AGIR.

# Agir



Julgar não é apenas avaliar, examinar, mas é escolher e decidir como agir na complexidade da realidade humana e ambiental, neste momento da nossa história. O Agir, no nosso método, está em relação dinâmica com a nossa maneira de Ver e Julgar a sociedade e nós nela, para desenvolver ações que contribuam para mudanças profundas em direção a uma convivência humana justa e solidária, que clama por fraternidade, em nome da igual dignidade que nos faz humanos.

O Agir não é um simples fazer ou executar planos e projetos. O agir é a resposta à voz de uma consciência criticamente formada que vai além do pensamento mágico, dos direcionamentos do Big Data e dos embates imediatos com que uma consciência ingênua reage aos fatos. É o desenvolvimento da capacidade de poder refletir, compreender, identificar as causas a respeito do que acontece, para desenvolver em liberdade ações que visem a mudanças desejáveis e possíveis, para um bem-viver cada vez melhor em sociedade.

O Agir que impulsiona os participantes do Movimento de Educação de Base não é baseado apenas em conhecimentos científicos. E' também a manifestação do ritmo de uma cultura espiritual que tem no Evangelho cristão a sua fonte inspiradora. É uma mística que se manifesta em ações transformadoras em vista de um futuro de justiça e de verdade. A justiça, a paz, a verdade, de fato, estão sempre no amanhã dos seres humanos.

O Agir, como *práxis* humana enraizada na fé, expressa a fé nas obras, compreende que fé e obras não podem ser separadas. Esse Agir comporta e exige uma prática estritamente ligada ao desenvolvimento espiritual, uma ascese, que não consiste em afastar-se do mundo, mas em perma-



necer dentro dele, superando obstáculos, subindo montanhas, dizendo sim ao futuro de uma vida justa e sustentável para todas as pessoas nesta nossa casa comum e anelando sempre a luz de um sentido imperecível.

O Agir tem em si, também, a dimensão política da viabilidade de ações transformadoras e projetos de mudanças do que é razoavelmente justo e realizável para o bem viver das comunidades humanas. A opção pelos pobres não nega políticas e ações de assistência, mas é contra a solução assistencialista. A defesa e ampliação dos direitos dos excluídos coloca os mebianos na luta por projetos que consolidem os espaços democráticos dos direitos e aprofundem a consciência das responsabilidades na justiça e na paz. Paulo Freire sintetizou isso no verbo “esperançar” que significa ir construindo as condições da transformação, dizendo “sim” ao “futuro viável”.

Este agir se concretiza enfim em projetos de vida pessoal e em projeto de sociedade, contextualizados na multiplicidade da realidade desta nova época da história humana. É possível de fato traçar linhas gerais de ação e elaborar projetos específicos correspondentes às emergências de cada situação local. Por isso o MEB não se afasta da realidade dos territórios e ao mesmo tempo participa das novas lutas nacionais e globais.




## A dimensão do voluntariado

Esse agir humano é ao mesmo tempo um ato de liberdade e uma ação libertadora. A participação voluntária em um movimento de humanização coletiva, de civilização, faz do MEB um movimento de voluntariado no sentido de pessoas que têm um coração para doar e “dar uma alma

aos processos educativos” (Papa Francisco). Pois o agir educativo é um ato de amor e a gratuidade do amor não tem nenhuma relação com o mundo do dinheiro elevado a sistema pelo liberalismo financeiro. Por outro lado somente o agir transformador nos liberta dos constrangimentos do presente, filho de um passado ou de um poder atual que pesa sobre nós. É a revolução não violenta realizada pela educação que educa educadores e educandos e transforma a sociedade, levantando os que são considerados últimos ou excluídos, “servindo e fazendo que sejam servidos, sempre e em todo lugar os mais pobres”.

O MEB se apresenta, no limiar dos 60 anos de sua história, como um movimento de voluntariado baseado no serviço gratuito, sem fins de lucro e exclusivamente para fins de solidariedade. A valorização do voluntariado em uma economia e cultura do mercado, além de um valor evangélico, constitui um valor de crescimento individual e possui um valor social e econômico. Os indicadores mostram que a inclinação ao voluntariado é sinal evidente da riqueza humana e social de um povo, coloca em evidência algumas dimensões típicas de natureza religiosa, moral, psicológica e relacional; influencia a agenda política e é, sem dúvida, uma reação crítica à ideologia do mercado.


Os valores principais que distinguem as pessoas voluntárias que se identificam com o MEB são



-  a atenção contínua à pessoa humana à sua dignidade e às condições de vida em sociedade e no meio ambiente;
-  o espírito de solidariedade, assumindo os enfrentamentos também políticos tanto dos problemas locais como daqueles globais;
-  a gratuidade do serviço prestado, elemento original que distingue o voluntariado de outras formas de presença do terceiro setor ou de outro serviço civil.

Esta dimensão do voluntariado é característica fundamental do MEB nesta nova etapa da sua história. No passado o MEB contou com o financiamento do Estado para sustentar a sua grande rede de colaboradores e meios. Hoje conta somente com a força do voluntariado e com o apoio da generosidade de doadores.


### As linhas de ação


Permanecem válidas as linhas de ação, propostas e aprovadas pela CNBB, do novo Estatuto do MEB para a sua organização e atuação nos novos contextos socioambientais e culturais.

-  **Construção de uma sociedade democrática, justa e ética**, com fundamento nos direitos da pessoa humana e tendo por meta a convivência harmoniosa e pacífica dos cidadãos. É tarefa do MEB enquanto movimento entrar no espaço político e contribuir para ampliar, defender e consolidar os direitos dos cidadãos, expandindo a qualidade da democracia e resistindo às tendências autoritárias. Superando os conceitos que estão na base de uma democracia minimalista e delegativa, os mebianos reivindicam uma democracia participativa e deliberativa. É fundamental a formação em direitos dos cidadãos, contribuindo pela educação popular no aprofundamento da consciência crítica, reivindicando a participação nos direitos existentes e para criar novos direitos, pois é graças aos direitos que os desiguais conquistam a igualdade.

-  **Conscientização e vivência da cidadania e da participação social na preservação ambiental**, como pressuposto do desenvolvimento sustentável. Ao aprofundar a consciência de que existe atualmente uma única crise socioambiental, o MEB se opõe à concepção de que não haveria alternativa ao neoliberalismo para o progresso, de maneira a fazer emergir a direção a tomar e agir com uma visão de uma ecologia integral para o desenvolvimento sustentável justo e duradouro. Às forças conservadoras é necessário contrapor uma aliança de sujeitos comprometidos com a justiça social e ambiental, conectando-se também com os novos movimentos internacionais, para produzir benefícios ambientais e sociais em lugar de destruir os recursos naturais, multiplicando pobreza e desigualdade.
-  **Valorização do voluntariado**, principalmente pela participação popular e comunitária nas políticas públicas, voltadas para as necessidades das populações mais pobres excluídas. Já destacamos que o voluntariado na virada do milênio assumiu uma função vital para o MEB também como expressão da sua vocação educacional cristã. Educadoras e educadores, profissionais e populares, colocam à disposição parte de seu tempo, livre das obrigações profissionais e de trabalho, para doar, de maneira espontânea, as próprias capacidades a serviço do bem comum, a partir das pessoas e das comunidades mais vulneráveis. Desenvolvem a função de consciência crítica na defesa e promoção dos direitos, indispensável para a expansão do estado democrático e social. Promovem projetos e atividades em vantagem das pessoas mais vulneráveis, dando um testemunho de liberdade em relação às logicas do individualismo e do utilitarismo econômico e em contraste com o modelo consumístico hoje dominante; promovem a participação ativa

dos grupos de base e demais membros da comunidade na ação política por meio das jornadas comunitárias.

 **Educação de jovens e adultos**, segundo métodos compatíveis com os propósitos da instituição, levando em consideração as genuínas peculiaridades e diversidades dos grupos sociais, de modo a contribuir para a preservação e aprofundamento da identidade cultural das comunidades. A Educação de pessoas jovens e adultas voltada para a cidadania é a história que o MEB escreveu ao longo de 60 anos. A dimensão fundante da cidadania não é apenas um direito mas é dar às pessoas, independentemente da idade, a oportunidade de desenvolver seu potencial humano e tornar mais próximos da realidade da sociedade os valores da igualdade e da liberdade. Apesar dos esforços na área de educação, a situação do analfabetismo no Brasil está longe de ser superada. Os educadores e educadoras do MEB, através da busca ativa, procuram reconectar as pessoas em condição de analfabetismo absoluto ou funcional com a aprendizagem ao longo da vida e com o serviço escolar, valorizando também os meios e as urgências educativas postas pela sociedade digital em que vivemos.

 **Capacitação de jovens e adultos** das comunidades empobrecidas para exercerem atividades produtivas que propiciem a sua inclusão social. O mundo do trabalho exige cada vez mais que os trabalhadores, em todos os níveis, estejam cada vez mais capacitados e motivados para atender às altas expectativas das ofertas de emprego. Isso geralmente exige investimentos. O MEB buscará parcerias contando com o interesse das empresas e com o voluntariado de profissionais especializados.

# Organização do MEB



## A Coordenação

O MEB é uma organização da sociedade civil vinculada à CNBB. Desde a fundação do MEB, ao longo dos 60 anos, a CNBB dedicou a este organismo particular atenção e cuidado, considerando o movimento fronteira avançada na ação de promoção humana e presença evangelizadora da Igreja Católica no Brasil. Um número expressivo de bispos acompanhou de perto as atividades do MEB. Atualmente, um Conselho de Bispos garante a vinculação do MEB à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil e orienta a ação do Movimento, coadjuvado por um Conselho Consultivo de leigos comprometidos com a educação popular, nomeados pelos bispos, convidados a zelar pelas diretrizes traçadas, discutindo conteúdos, objetivos e metodologia das linhas de ação e dos projetos.

À Secretaria Executiva é outorgada pelo Conselho Deliberativo a responsabilidade de conduzir e representar o MEB em todas as instâncias, estabelecer parcerias e convênios nacionalmente e internacionalmente. Considerando essencial a legalidade e a transparência, a Secretaria Executiva cuida do uso correto de doações e fundos de projetos financiados e da apresentação dos balanços financeiros e administrativos. Enfrentando os desafios desta passagem renovadora do MEB, é tarefa da Secretaria Executiva elaborar projetos e cuidar da sua execução, bem como estimular e articular as atividades dos núcleos de base, alimentando a motivação e a formação das educadoras e educadores voluntários com uma constante atividade de suporte, aprovando suas iniciativas e propondo ideias e projetos. O cuidado com o desenvolvimento da cultura da comunicação como instrumento

de relações está entre as suas importantes tarefas em todas as áreas do MEB neste advento da era digital. A Secretaria Executiva desenvolve também um papel político no fortalecimento da democracia e na promoção dos direitos, envolvendo a participação de colaboradores e assessoria qualificada e promovendo conexões e alianças com outros movimentos, organismos e pastorais, participando de coordenações e consultas para a elaboração de estratégias, linhas de intervenção e propostas socioculturais.

### Os Núcleos de Base

Com a finalidade de dar continuidade à presença ativa do MEB nos territórios onde estava enraizado através da ação dos departamentos, e responder à diversidade das situações locais, o Estatuto institui os Núcleos de Base. Estes são a presença do Movimento nas várias Regiões do Brasil, nos ambientes de maior pobreza e exclusão social. No intuito de que se vinculem e encontrem apoio nas comunidades católicas, o Estatuto sugere que sejam localizados preferencialmente nas dioceses e regionais da CNBB.

Os Núcleos de Base são formados por educadoras e educadores voluntários engajados na educação popular de grupos de aprendizagem. As pessoas voluntárias ligadas ao MEB vivem os valores do serviço aos pobres, compartilham a interpretação da realidade buscando no diálogo os caminhos de libertação dos excluídos. Ao participar de Núcleos de Base, educadoras e educadores, engajados em processos de humanização, formam grupos de convivência e cooperação, de estudo e

formação, de diálogo e conscientização com projeto e estratégia política. Respeitosos da diversidade de seus membros buscam crescer na motivação ou mística que os une, no conhecimento, na análise da realidade e na organização de ações conjuntas na sociedade.

O MEB quer contar com educadores organizados em núcleos de base no ritmo de uma *praxis de fé*, histórica e profética. O educador “mebiano” alimenta sua mística do agir libertador em um grupo de educadores populares que experimentam a solidariedade com pessoas em situação de exclusão e risco social nas comunidades periféricas. A humanização solidária a que aspiram não corresponde simplesmente a pensamentos ou à realidade externa da sua vida, mas deve evidenciar a relação com o território comum da existência que compartilham na fraternidade, buscando cada um definir sua identidade inspirada nos valores do Movimento, cultivando sua autonomia e sua vinculação ao MEB, assim como sua vinculação e autonomia com relação a regionais e dioceses da CNBB. Isso implica no reconhecimento de um grupo com características plurais, culturais e religiosas. Os núcleos aparecem assim não somente como centros vitais do MEB na sua ação junto às comunidades locais, mas com sua contribuição de conhecimento e fraternidade testemunham a mística de uma “igreja em saída”, voltada para as comunidades em situação de pobreza, desenvolvendo ações libertadoras com entusiasmo e generosidade.

Os Núcleos de base se alimentam em encontros formais e através de uma rede integrada do MEB, mas também através de uma rede informal, buscando conhecer outros sujeitos ativos em campo social e a colaboração para objetivos e ações comuns que respondam de maneira articulada e diferenciada às necessidades expressas, superando a lógica da resposta assistencialista. Em consonância com o apelo de papa Francisco, “Reconstruir o pacto educativo global”, buscam promover e se articular com pastorais das igrejas e com movimentos sociais para a formação de “aldeias educa-



tivas”, objetivando a formação de “uma aliança entre os habitantes da terra e da casa comum, à qual devemos cuidado e respeito. Uma aliança geradora de paz, justiça e aceitação entre todos os povos da família humana, bem como de diálogo entre as religiões.” (Papa Francisco). Iniciativas já foram tomadas para a construção da articulação brasileira pelo Reconstrução do Pacto Educativo Global em conexão com as propostas e atividades internacionais.

### Os grupos de aprendizagem

Os grupos de aprendizagem são o chão da ação educativa do MEB. Os participantes são educadores populares de diferente formação superior ou média, membros de um Núcleo de Base, e pessoas envolvidas em processos de aprendizagem, preferencialmente em condição de analfabetismo absoluto ou funcional, motivadas a elaborar um projeto pessoal e comunitário de superação da exclusão social.

O MEB é um Movimento de Educação popular aberto à fé de cada participante. Sua matriz cristã católica não lhe permite fazer exceção de pessoas por cultura, gênero ou religião. As educadoras e educadores do MEB se encontram e colaboram no respeito à diversidade de religião. O MEB conta com educadores católicos e não, mas todos os educadores ‘mebianos’ são pessoas que vivem sua experiência de fé no encontro com os pobres. “A fé é um encontro, não é uma religião” - conforme afirmação de papa Francisco. A referência à fé cristã e ao conjunto de seus valores está presente na forma de um percurso de dedicação constante aos empobrecidos, caminho certo de aproximação

e reconhecimento do rosto de Cristo. A esses educadores populares o MEB oferecerá oportunidades de aprofundar seus conhecimentos e compreensão da realidade, pois devem ser mestres, em diálogo com seus grupos, na leitura do mundo e no agir transformador. O MEB buscará também na academia voluntários que contribuam no aprofundamento da leitura do mundo e nos métodos de ensino/aprendizagem dos participantes dos grupos de base.

Educadoras e educadores “mebianos”, enfim, devem atuar com competência e profissionalismo, mas principalmente aprender a sua profissão na universidade do AGIR. O engajamento é a prioridade. Ninguém entra no MEB sozinho “sem nunca sair à rua, ‘sem gastar a sola dos sapatos’, sem encontrar pessoas para procurar histórias ou verificar com os próprios olhos determinadas situações.” (Papa Francisco, Mensagens 23/01/21). Todos(as) começam dando o primeiro passo fazendo a experiência da busca ativa e a formação de um grupo ou turma de pessoas em situação de vulnerabilidade ou analfabetismo. Com estas pessoas, a educadora ou educador estabelecem uma relação de confiança e um pacto de cumplicidade com a educação para a cidadania e ingressam no MEB com uma promessa de libertação. No anonimato da periferia, a busca ativa é a qualidade do agir dos educadores e dos membros de cada grupo de ensino-aprendizagem.

Os participantes dos grupos de aprendizagem não estão matriculados em nenhuma escola, estão longe de voltar a se relacionar com a escola formal, inclusive a EJA. Eles aceitam de entrar a fazer parte de um grupo de aprendizagem confiando na cumplicidade do educador mebiano com quem iniciarão um percurso de elaboração de um projeto de vida. A meta desse percurso é a compreensão do mundo através das experiências vividas e do uso das linguagens faladas e escritas e com o propósito de dar continuidade ou não aos estudos, segundo o projeto de vida de cada um. A leitura do mundo feita seguindo o método VER JULGAR AGIR, a partir de temas geradores, rodas de conversas

ou círculos de cidadania e jornadas comunitárias, levará os participantes a serem atores conscientes no desenvolvimento da sua comunidade e da sociedade.

A Jornada Comunitária estabelece a passagem do grupo de aprendizagem para o espaço público e a luta pelos direitos. O Movimento de Educação de Base – MEB realiza processos de Jornadas Comunitárias com seus grupos de aprendizagem visando a educação das comunidades em situação de marginalização para a conquista de sua autonomia e o protagonismo de sua própria cidadania. As Jornadas Comunitárias promovidas pelo Movimento de Educação de Base nas comunidades das periferias das cidades, nos povoados do campo ou nos territórios das populações tradicionais, não são eventos de um dia, mas processos educativos comunitários, que ao acontecer envolvem a comunidade e tem por finalidade a conscientização e a implementação de ações de incidência política e desenvolvimento da comunidade. É um percurso de longa duração e pode se estabelecer como método permanente de ação política da comunidade. É como a jornada da vida que a gente escreve e reescreve a cada passo, a cada curva, a cada avanço, superando medos e incertezas, esclarecendo dúvidas, marcando pontos de vitória. Os Grupos de aprendizagem do MEB são sementes da própria comunidade. Os ambientes favoráveis para que os processos de Jornada Comunitária desabrochem são os tempos da aprendizagem: os Temas Geradores, as Rodas de Conversa, conduzidas pelos educadores, onde se desenham os diagnósticos e surgem prioridades e urgências da vida da comunidade; os Círculos de Cidadania que fortalecem as motivações para o agir. Os educadores e educadoras traçam com seus grupos os passos da Jornada.

## As novas gerações em grupos de aprendizagem específicos

Educadoras e educadores do MEB, no contra turno escolar, formam e cuidam de grupos de aprendizagem de adolescentes das famílias cujos membros jovens e adultos participam de grupos de aprendizagem. O MEB, ciente de quanto a educação pode ser decisiva para o destino das novas gerações, enfrenta o desafio de elaborar uma agenda de intervenção capaz de delimitar os múltiplos fatores que incidem sobre as novas formas de desigualdade, introduzindo em seu projeto de educação popular um padrão de relacionamento entre gerações pautado pelo reconhecimento dos direitos das crianças e adolescentes e seu protagonismo, a começar por sua própria família, mas também pela escola e pela comunidade. O protagonismo das novas gerações nos grupos de aprendizagem e na comunidade é parte da ação do MEB na sociedade em conformidade ao Estatuto da Criança e do Adolescente.

A experiência nas periferias das cidades brasileiras levou a considerar com atenção a angústia das famílias pobres pelo destino da vida dos seus filhos. A resposta ao clamor dos adolescentes na sua relação com a escola e em estado de abandono no contra turno escolar é integrado ao compromisso do MEB. Com relação à escola, existe um distanciamento cada vez maior entre a necessidade do aluno e o que o sistema da escola pública, aquela acessível aos filhos das famílias em situação de pobreza, proporciona. Por outro lado, crianças e adolescentes, geralmente sem nenhum acompanhamento de pessoa adulta no contra turno escolar, devido à longa ausência dos responsáveis, ocupados em trabalhos muitas vezes precários, ficam expostas a um alto grau de risco social. O es-

tímulo ao protagonismo e visão de futuro conflitam com a imposição de uma cultura do consumo e do descartável e a satisfação imediata de aspirações e desejos dos adolescentes. As capacidades criativas dos núcleos de base na integração de adolescentes na sua relação com a aprendizagem escolar, na vida em família e nas relações sociais, são desafiadas em primeiro lugar pelas desigualdades e exclusões.

### As Jornadas Comunitárias e as Aldeias educativas

A Jornada Comunitária do MEB é um instrumento pedagógico destinado a acompanhar o processo de conscientização dos grupos de aprendizagem. Marca a passagem do grupo da reflexão prolongada sobre os temas geradores, com rodas de conversa e círculos de cidadania, para a ação que envolve outros segmentos da comunidade e retornos avaliativos no grupo, fechando assim pedagogicamente o circuito da práxis. Como instrumento pedagógico de formação para a cidadania requer tempo de vivência e troca de experiência do sujeito em formação com a comunidade. De fato, o berço e o destino do grupo de aprendizagem é a comunidade. A comunidade é o ambiente no qual o sujeito se forma e forma-se a comunidade, que também é formadora.

Educadoras e educadores dos Núcleos de Base, com seu grupos de aprendizagem, tendem a prolongar as experiências de Jornadas Comunitárias, iniciadas com seus grupos, inserindo elas em um novo percurso educativo que não é apenas o do grupo de aprendizagem, mas da comunidade. O êxito deste percurso depende muito da capacidade das lideranças que encontram nos Núcleos de Base seu ponto de força. Este está empenhado de um lado na formação de grupos de aprendizagem

e do outro ao enfrentamento dos desafios do desenvolvimento social e político da comunidade em que vivem.

A construção de aldeias educativas como lugares de humanização é o nome dado por papa Francisco ao esforço de “Reconstrução do Pacto educativo global” no contexto da sociedade desigual e plural que caracteriza o mundo contemporâneo. A ação dos educadores e educadoras populares do MEB não fica presa nem ao ciclo escolar da EJA, nem aos curtos períodos dos projetos em parceria, mas visa à inserção ativa dos grupos de aprendizagem na vida de uma comunidade humana em desenvolvimento. O MEB está comprometido com a educação popular aberta à aprendizagem ao longo da vida, a uma educação permanente que visa assegurar a construção da identidade humana e da cidadania em uma comunidade de pertença em contínuo processo de humanização.

O MEB considera as aldeias educativas como presença ativa e educativa em espaços públicos. Os participantes dos grupos de aprendizagem do MEB já são iniciados a entrar ativamente na arena pública através de Jornadas Comunitárias, aceitando os desafios de passar da apropriação da leitura e da escrita a enfrentar em sua comunidade os desafios da vida social, relacionando a aprendizagem às práticas sociais. No sentido de enveredar pelo caminho de construção de um novo pacto educativo, os núcleos de base, com seus grupos de aprendizagem, se articulam com as pastorais sociais e com outros movimentos e entidades associadas a uma política de ecologia integral e de economia solidária, colaborando na formação de aldeias educativas nas periferias onde atuam.

A Jornada Comunitária como processo educativo comunitário tende a se tornar naturalmente um fórum educativo permanente onde todas as forças vivas da comunidade local ou do bairro unem suas capacidades para acelerar os processos de erradicação da pobreza e a superação da exclusão em comunidades de sentido ou “aldeias educativas”. São comunidades humanas plurais, de saberes e tra-

dições diversas, mas fraternas e capazes de cooperar e provocar mudanças rumo a um novo conviver social, uma nova política, uma nova relação com a natureza, semeando a esperança de que outro mundo de justiça e fraternidade é possível e está ao alcance das pessoas de boa vontade.

Fica lançado o desafio de construir uma aldeia educativa nas comunidades rurais e em periferias urbanas tão complexas como as nossas. As Jornadas Comunitárias, pensadas como uma sequência do agir educativo permanente da comunidade, devem ser promovidas como processos de construção dos direitos e da democracia em aldeias educativas. Elas tendem a produzir a reorganização de espaços-comunidade e práticas pedagógicas comunitárias num processo contínuo, respeitando a diversidade e os diferentes ritmos de participação e aprendizagem, alimentando a participação cada vez mais ampla na transformação da vida da comunidade em seus diversos aspectos. Acentua-se a centralidade da educação e sua capacidade de transformação do sujeito humano histórico, ativo na dialética social e política, integrando coletivos, dialogando com sujeitos diferentes e outras organizações, não se furtando ao confronto para a construção democrática de um mundo novo de justiça e de paz, consoante à própria perspectiva do MEB.

### A comunicação: do rádio de pilha à web

O MEB, na sua estrutura organizacional, aparece em forma de rede social: grupos de aprendizagem, núcleos de base, aldeias educativas que interagem em uma rede integrada e encontram unidade não somente na referência a um projeto inspirador e às responsabilidades de quem promove e representa o Movimento, mas especialmente na sinergia das diversas realidades e sujeitos, cada

qual com responsabilidades educativas e sociais. Ao desafio da distância e da diversidade cultural das comunidades locais, o MEB respondeu utilizando o instrumento disponível na época: o rádio de pilha. A tecnologia e a ciência da comunicação lançam hoje o desafio de promover com ousadia as relações educativas através da *internet* em suas formas mais adequadas e úteis para criar vínculos e oportunidades de comunicação entre as pessoas e coletivos que se reconhecem em objetivos comuns e almejam convergir e potencializar suas ações.

Nada substitui obviamente o encontro pessoal com quem, especialmente nas periferias, sofre pela pobreza e a exclusão social. É no serviço aos pobres e vulneráveis que os 'mebianos' definem e redefinem diariamente sua identidade. Não podemos, porém, esquecer que o MEB iniciou sua trajetória histórica organizando sua ação educativa popular de forma inovadora pelo uso do rádio e que a tendência da era em que vivemos, onde as funções sociais crescem organizadas ao redor das redes *web*, exige investir na nova lógica da rede. Ela modifica substancialmente os processos culturais, agindo em direções diferentes, aumentando a concentração do conhecimento, do poder e da riqueza nas mãos das grandes empresas digitais, mas pode também ser usada para facilitar o acesso da população ao conhecimento e superar a simples virtualidade do contato estreitando vínculos de pertença; pode limitar a nossa liberdade, mas pode também aumentar criatividade e intercâmbio criando novos espaços de liberdade, prevenção e cooperação.

A pandemia covid 19 com o isolamento social, potencializou o uso da comunicação via *internet* para conseguir manter certas rotinas e trazendo benefícios para uma grande parte da população. As possibilidades do trabalho *home office*, aulas *on-line*, a adoção de novas estratégias de comércio, manter relacionamentos afetivos e até desfrutar do lazer e da cultura já vinham ocorrendo. Na pandemia essas possibilidades se tornaram uma necessidade para se comunicar e manter o contato



com o mundo, manter as interações com amigos, familiares e vizinhos. Todas as pessoas deveriam estar em condição de conseguir os benefícios ofertados pela sociedade digital, favorecendo a plena participação na vida pública desfrutando das informações que ajudam a enfrentar os desafios da nossa sociedade. O MEB retoma a sua primeira vocação de comunicação favorecendo o acesso à internet e possibilitando que muitos continuem a aprendizagem não perdendo participação nos grupos, mantendo atividades de trabalho, participando de atividades culturais e artísticas e acessar suas redes de apoio. A construção de uma rede integrada permite o crescimento das sinergias do movimento enquanto redes informais garantem a articulação em âmbitos cada vez mais amplos e globais.



Nos novos contextos sociais, culturais e religiosos, o MEB vem desenhando a sua ação político-pedagógica e pastoral “mediante o desenvolvimento de programas e projetos educacionais e culturais em áreas populacionais em que os indicadores socioeconômicos revelem situação de pobreza, tendo como foco principal a educação popular. Algumas orientações básicas marcam esta passagem importante do Movimento: os projetos permanentes no Distrito Federal; a formação dos grupos de aprendizagem; o avivamento dos núcleos de base; os projetos em parceria.

Na virada do milênio, depois do fechamento dos departamentos, projetos de alfabetização foram realizados em Minas Gerais, no âmbito de um projeto maior de desenvolvimento do Norte daquele Estado, o “Cidadão Nota 10”. No âmbito do Programa Brasil Alfabetizado (PBA), realizado pelo MEC desde 2003, viu-se o MEB ativo no Piauí, no Maranhão e na Amazônia. Recentemente, utilizando também a plataforma *Moodle*, foi realizado o projeto de alfabetização “Territórios da Reforma Agrária Livres do Analfabetismo”, em assentamentos da Reforma Agrária nos estados de Alagoas, Ceará, Maranhão, Piauí, Rio Grande do Norte e São Paulo.

- 1. Formação em educação popular:** O MEB está comprometido com a formação de educadoras e educadores populares, como já foi ao longo de sua trajetória. Educadoras e educadores do MEB são voluntários de diferentes áreas e níveis de formação escolar ou acadêmica. O desenvolvimento do estudo, da pesquisa e da sistematização de experiências leva o MEB a estreitar parcerias com universidades e centros de estudos, bem como a contar

com a participação de especialistas nos momentos dedicados especificamente à formação finalizada ao conhecimento, às práticas educativas na ação social e à formação política. A formação é programada e realizada com a participação coletiva conjugando as exigências do saber e do saber agir. O MEB também divulga nas redes sociais o conhecimento e o nível científico das práticas e práxis educativas no âmbito da ação e educação popular.

### **Objetivo:**

Contribuir com a formação de educadores que atuam de forma crítica e contextualizada no desenvolvimento das comunidades locais e inserção social de pessoas em situação de analfabetismo total ou funcional e adolescentes em situação de vulnerabilidade social.

### **Atividades:**

- Curso com UNB, UCB, UFAL, UEPA – Cartas para Paulo Freire.
- Curso com UNB e CEDEP sobre a história da educação popular no DF, desdobramentos pedagógicos e políticos.
- Curso específico com educadores que atuam na alfabetização de jovens e adultos com encontros semanais.
- Cursos específicos com educadores que atuam com adolescentes e jovens.

## MEB 60 anos Desafios da atualidade e Perspectivas

- Curso anual para educadores sobre os temas da CF.
- Formação e participação de educadores no processo de escuta da Assembleia eclesial da América Latina, com Fórum próprio do MEB (educação popular e o pacto educativo global).
- Participação e envolvimento dos educadores no Encontro Internacional de educação popular – RJ com duas atividades autogeridas: 1. Roda de Conversa – saberes e experiências em educação popular na perspectiva do pacto educativo global. 2. Mesa Redonda – Os 60 anos do MEB e a sua contribuição para a educação popular no Brasil.
- Elaboração coletiva e publicação da Revista eletrônica: Revista MEB de Educação Popular.
- Sistematização de Experiências: 1. O MEB em Tempos de pandemia; 2. Subsídio sobre o método Ver, Julgar, Agir; 3. Campanha latino-americana e caribenha do centenário de Paulo Freire.

**2. Projeto permanente no Distrito Federal:** O Distrito Federal, sede do Movimento de Educação de Base, é também o lugar de atividades continuadas do MEB. Um núcleo de educadoras e educadores foi criado e fortalecido para uma ação permanente de formação de grupos de aprendizagem e inclusão social de pessoas excluídas pela vulnerabilidade e o risco social e pelo analfabetismo nas periferias do Distrito Federal. A educação em direitos humanos e a alfabetização assumiram destaque no projeto. Nova atenção é dada a crianças e adolescentes das famílias de pessoas participantes dos grupos de aprendizagem no período do contra turno escolar.

Este projeto específico é realizado e monitorado para caracterizar o MEB como Entidade

na área de Assistência social, tipificada como assessoria e defesa de direitos. Para qualificar essa identidade, o MEB faz uso de um espaço doado na cidade satélite do Itapoã, onde desenvolve ações de inclusão social.

### **Objetivo:**

Promover assessoria e ações socioassistenciais junto a grupos, fomentando a defesa e garantia dos direitos de pessoas em situação de vulnerabilidade socioeconômica e a promoção social, o protagonismo dos grupos no acesso e controle das políticas públicas.

### **Atividades:**

- Visita e cadastramento de 600 famílias em situação de vulnerabilidade social para o encaminhamento aos órgãos da assistência social do DF;
- Campanhas de arrecadação e distribuição de alimentos – aproximadamente 800 kg ao mês;
- Grupo de mulheres artesãs;
- Oficinas de sublimação em peças personalizadas, camisetas, canecas etc.
- Oficinas de cabeleireiro, dança e violão.
- Rodas de Conversa mensais abertas à população sobre direitos, saúde, alimentação saudável, economia doméstica, etc...
- Atividades culturais com dois grupos de adolescentes em contraturno escolar;
- Encontros de alfabetização com 15 grupos de jovens, adultos e idosos.

**3. Projeto nova geração:** O desenvolvimento de percursos educativos com adolescentes e jovens tem recebido grande importância na educação popular. Atento a esta realidade e às demandas das comunidades, o MEB responde a este desafio através da formação de educadores e acompanhamento de grupos de adolescentes e jovens voltados para o protagonismo em sua comunidade.

### **Objetivo:**

Oferecer formação continuada aos educadores para o aprofundamento dos princípios pedagógicos e pressupostos teóricos e metodológicos em consonância com o Estatuto da Criança e do Adolescente, identificando eixos temáticos a partir da análise da realidade e ao mesmo tempo estimular a formação e o acompanhamento de grupos de adolescentes e jovens que protagonizam ações comunitárias de defesa e promoção em direitos humanos.

### **Atividades:**

- Cursos:
  - Curso livre e gratuito de extensão pela Universidade Católica de Brasília sobre Educação Popular e Direitos Humanos com foco em adolescentes.
  - Curso pelas salas virtuais do MEB voltado para a dimensão pedagógica e metodológica do trabalho com grupos locais de adolescentes e jovens.

- Grupos:

Grupos no DF - Educadoras e educadores voluntários do MEB no Distrito Federal desenvolvem atividades socioeducativas com grupos de adolescentes no contraturno escolar, através do apoio pedagógico e incentivam comportamentos de caráter preventivo, protetivo e proativo que possibilitem o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários.

Grupos no RN - Educadores voluntários do MEB em Ceará Mirim, RN desenvolvem atividades educativas com grupos de jovens na comunidade quilombola de Coqueiros para o desenvolvimento da identidade cultural e o protagonismo com ações de solidariedade.

**4. Formação dos Núcleos de Base:** A atividade in rede da Secretaria executiva procura fortalecer os núcleos ativos no Piauí, no Maranhão, no Ceará e no Rio Grande do Norte, além do Núcleo sempre do Distrito Federal.

**Objetivo:**

Fortalecer grupos de educadoras e educadores ligados ao MEB para a formação de núcleos de base, compartilhando os valores e a espiritualidade e qualificando a sua formação e atuação política e eclesial.

### **Atividades:**

- Encontros sistemáticos de formação para o aprofundamento da sua identidade, análise da realidade e compromisso político.
- Organização de Grupos de Aprendizagem na escuta atenta das comunidades rurais e urbanas, fortalecendo sua presença no território com proposta de projetos criados com autonomia conforme a realidade local.
- Promoção de Jornadas Comunitárias tendo em vista a formação de Aldeias educativas aprofundando a articulação com outros movimentos e com as pastorais sociais da CNBB, na construção de agendas socioambientais comuns, em defesa da vida e dos direitos da população mais vulnerável e da democracia.

**5. Projeto em parceria:** A semelhança de projetos recentes em vários estados, o MEB realiza atualmente um projeto em parceria com o Governo do Piauí, estado ainda marcado com um número elevado de pessoas em situação de analfabetismo absoluto.

### **Objetivo:**

Alfabetizar jovens, adultos e idosos em situação de analfabetismo pleno, elevando o IDH das comunidades envolvidas.

### **Atividades:**

- Mobilização de 600 educadores em 21 municípios;



## MEB 60 anos Desafios da atualidade e Perspectivas

- Formação de turmas de até 25 participantes jovens e adultos num total de 14.000 pessoas.
- Desenvolvimento do projeto num período de 12 meses, conforme edital da Secretaria de Educação do PI, salvaguardando a metodologia própria do MEB;
- Construção de uma rede de educadores vinculados ao MEB e a multiplicação dos núcleos de base em dioceses do Piauí.

## Conclusão



Esta nossa apresentação do MEB foi elaborada no sexagésimo ano da fundação do movimento, durante a pandemia Covid-19 que afetou profundamente a humanidade inteira e pode ser recebida com uma indicação positiva para uma visão mais solidária dos seres humanos no planeta. O progresso econômico não investiu adequadamente na ciência, não nos libertou da incerteza do futuro, não garantiu serviços adequados à saúde humana. A pobreza dos pobres foi escancarada e a fome deles deve envergonhar o mundo do dinheiro e da riqueza. No meio da pandemia ecoou o grito de papa Francisco: *Fratelli tutti*, que alertou para o cuidado com a vida com o serviço de saúde, único que mereceu louvor nessa tragédia, o cuidado fraterno que reconstrói as condições de vida a partir dos mais necessitados, o cuidado ecológico que liberta a natureza da poluição e lhe restitui o frescor original. A incerteza do futuro da condição humana é igual para todas as pessoas e não é garantida nem pela riqueza nem pela medicina. Quem não foi atingido pelo coronavírus não o foi pela sua diferença ou mérito, ou pelo seu seguro saúde. Todo ser humano é convidado a buscar na fé o sentido transcendente da parábola da nossa existência humana.

Este nosso repensar o MEB foi uma ação coletiva que por sua natureza é sempre sujeita a ajustes e novas sugestões. A todas as pessoas amigas e apaixonadas pelas causas que o MEB defende e promove, o merecido agradecimento. Desta visão do MEB dependem a criação de planos e projetos específicos locais ou de maior abrangência.

Finalizamos renovando nosso compromisso com a ampla aliança educativa almejada pelo Papa Francisco. Ao considerar que “a educação continua a ser desigual entre a população mundial” e que

“a pobreza, a discriminação, as mudanças climáticas, a globalização da indiferença e a coisificação do ser humano fazem murchar o florescimento de milhões de criaturas”, Francisco nos convoca a reconstruir o Pacto Educativo Global para que o povo, cada pessoa, cada família, cada instituição assumam a responsabilidade de reconstruir o tecido de relações rompido e criar uma humanidade mais fraterna.

